



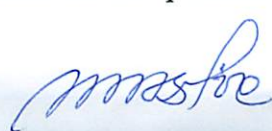
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DA PARAÍBA

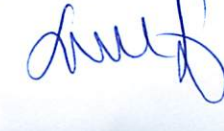
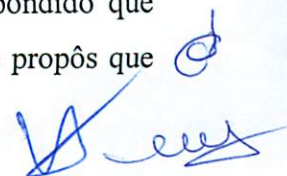
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA TRIGÉSSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2012/2014 - REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2014.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze (15.04.2014), sob a Presidência do Defensor Público Geral, Dr. VANILDO OLIVEIRA BRITO, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão EXTRAORDINÁRIA, para deliberar assuntos da Pauta e outros pertinentes a Defensoria Pública; compareceu o Vice-Presidente Dr. Jaime Ferreira Carneiro, o Conselheiro Corregedor Geral Élson Pessoa de Carvalho e os Conselheiros Drs.: José Celestino Tavares de Souza, José Alípio Bezerra de Melo, Maria de Fátima Marques, Manfredo Estevam Rosenstock, Ricardo José Costa Souza Barros e a Presidente da Associação dos Defensores Público Dra. Maria Madalena Abrantes, com quórum, o Presidente Dr. Vanildo Oliveira Brito declarou aberta a presente reunião, cumprimentando a todos os presentes, concedendo a palavra aos que quisessem informar algum assunto extra pauta, o Conselheiro José Celestino falou sobre sua ausência na última reunião pois encontrava-se em recuperação de uma inflamação na garganta, agradeceu as orações que a ele foram dirigidas a respeito de sua doença. Em seguida o Conselheiro José Alípio pediu a palavra e parabenizou a iniciativa da realização do curso de capacitação realizado pela Defensoria Pública, parabenizou a DP Maria de Fátima Marques pela organização do evento, e que sempre deveria haver uma capacitação para os Defensores, já o Conselheiro Manfredo Rosenstock disse que endossa as palavras do Conselheiro José Alípio e falou da dificuldade que os defensores enfrentam em prover a defesa os recursos de apelação, disse que o curso de reciclagem é importante e pediu para que sejam feitos outros curso de capacitação em outras áreas. A Presidente da Associação disse que a plenária também mandou documento ao Governador solicitando o envio do subsídio da Defensoria Pública. O DP Antonio Rodrigues presente a reunião solicitou a palavra e disse que estava ali em nome do Coordenador do Tribunal do Júri Dr. Carlos Roberto Barbosa e disse que estava ali com a preocupação da equipe que esta designada para patrocinar os júris de todo o Estado mediante a grande demanda de Júri e a pequena equipe, pediu que seja analisada uma maneira de remunerar aqueles que patrocinam o Júri e disse também que não é justo aqueles que participam do júri abandonar sua comarca para patrocinar júri em comarcas que não são suas. O Presidente pediu ao DP Antonio Rodrigues que estudasse com a equipe do júri, e

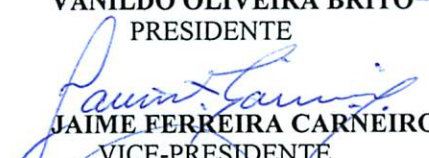
apresentasse uma medida para que seja sanada a situação. O Conselheiro Jose Celestino disse também que é uma preocupação do Conselho, mesmo discordando da idéia da equipe, pois na sua opinião o DP da comarca deve fazer o júri e sugeriu que seja feita uma capacitação para esta área, pois o grupo esta cada vez menor. O Conselheiro José Alípio mencionou que é uma preocupação, antiga pois já foi sugerido uma remuneração três mil reais fixo e uma reciclagem com aqueles que atuam no júri. O Conselheiro Elson P. Carvalho disse que a preocupação é a de reciclar os Defensores que atuam nos júris, disse que a equipe deverá ser aumentada após o concurso que trará novos Defensores. O Presidente disse que a criação desse grupo de defensores específico para o júri, teve alguma intenção, pois antes os júris eram feito pelo defensor da comarca, o que facilitaria a defesa do acusado, saberia de sua vida, do fato ocorrido facilitando assim patrocinar a defesa do assistido. A Conselheira Maria de Fátima Marques falou que a questão do júri já é uma preocupação do Conselho, e disse que uma vez o Presidente já pediu sugestão ao Coordenador, sugeriu que seja marcada uma reunião para ver a questão do Júri, disse que a gratificação é uma forma de estimular os DPs para realizarem o Júri. O Conselheiro Manfredo sugeriu que seja feita uma reciclagem e convoque aqueles que estão interessados em participar do Júri e sugeriu também, aqueles que deseje participar do júri sejam acompanhados por aqueles que já fazem Júri. O Presidente falou sobre as promoções para DP-3, e disse que não existem vagas, e sugeriu que seja feita a promoção para DP-4, pois existem quatro vagas nessa classe preenchido com promoção abrirão vagas na terceira entrância e ainda com as aposentadorias irão surgir e aumentará o número de vagas para DP-3, disse aos demais Conselheiros que eles estão impedidos de concorrer a promoção, salvo se decidirem ~~na~~ renunciar o mandato de conselheiro. O Presidente colocou em votação se deverá ser feita primeiro a promoção para DP-4. **Sendo decidido por unanimidade que será feita primeiro a promoção para DP-4, com prazo de 10 dias para publicar o Edital e 15 dias para requerer a promoção.** Presente a reunião o DP Delano Alencar solicitou a palavra onde falou que as capacitações são de extrema importância para o Defensoria e fez leitura de um laudo de sua saúde, e pediu aos demais Conselheiros que estudassem uma maneira do mesmo vir atuar na capital e falou de sua disposição em trabalhar. A Presidente acostou-se a palavras do DP Delano e disse que realmente ele é competente e concorda com sua designação para capital. O Conselheiro José Alípio falou que já esta a par da situação do DP Delano mas que já havia informado que não é de sua competência fazer sua designação, falou da situação da Comarca de Campina Grande com os afastamentos que estão surgindo. O Vice-Presidente solicitou a palavra e informou que precisa ausentar-se, tendo em vista esta com problemas de saúde. A Presidente da Associação falou do prazo para encaminhar as metas para a LDO. Sendo respondido que encaminhou as metas do ano passado que ainda não foi efetivada. O Presidente propôs que



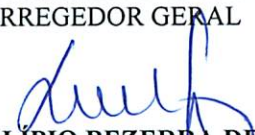



seja encaminhada proposta a Fundação Carlos Chagas para que a empresa fique com o valor das inscrições, para pagar os custos com a realização do concurso. Foi decidido que será encaminhado ofício a OAB para indicar o nome de um Advogado titular e um suplente para compor a Comissão do Concurso. Foi decidido que o regulamento será editado pelo conselho, com as normas para o concurso. Sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a apreciação e discussão dos assuntos da pauta; **1 – Apreciação do Processo Nº 1607/2014-DPPB**, referente ao Pedido de reversão de aposentadoria da DP MARIA JOSÉ LAUREANO; sendo designado o Conselheiro Ricardo José Costa Souza Barros como relator. **2- Apreciação da Resolução nº 016/2014**, que regulamenta o Concurso Público da Defensoria Pública Processo nº1550/2014; O Presidente passou a minuta de Resolução para realização do Concurso, que será apreciada e/ou modificada pelo Conselheiro Elson Carvalho. **3 – Apreciação da Resolução nº 015/2014**, sobre o reajuste das diárias dos servidores efetivos e comissionados da Defensoria Pública quando se deslocar a serviço no Estado fora do Estado; o Presidente do Conselho apresentou sugestão para reajuste as diárias dos servidores, após ampla discussão foi **decidido que a diária do servidor da defensoria para fora do território estadual será o dobro da diária para dentro do Estado**. Encerrada a sessão e marcada a próxima reunião ordinária para o dia **24/04/2014** e lavrada a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim,  RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA, Secretária Ad Hoc do Conselho Superior da Defensoria Pública, matrícula 58.445-2, e por quem mais de direito.


VANILDO OLIVEIRA BRITO
PRESIDENTE


JAIME FERREIRA CARNEIRO
VICE-PRESIDENTE


ELSON PESSOA DE CARVALHO
CORREGEDOR GERAL


JOSÉ ALÍPIO BEZERRA DE MELO
MEMBRO


RICARDO JOSÉ COSTA SOUSA BARROS
MEMBRO


JOSÉ CELESTINO TAVARES DE SOUZA
MEMBRO


MARIA DE FÁTIMA MARQUES
MEMBRO


MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK
MEMBRO


MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Presidente da Associação dos Defensores Público